REPÚBLICA PORTUGUESA | GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Investigação e Inovação para Transformar Portugal

Apresentação do Relatório Final da Avaliação Estratégica

- Prioridades Nacionais para a Investigação e Inovação -

Convento São Francisco | Coimbra | 16 de novembro de 2026

Intervenção da Secretária de Estado da Ciência e Inovação

Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre

Senhor Secretário de Estado da Economia, João Ferreira

Senhor Secretário de Estado da Digitalização, Bernardo Correia

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa

Em representação da OCDE, Dr. Philippe Larrue

Em representação da Comissão de Acompanhamento, Professora Manuela Ferro

Senhor Diretor do PLANAPP, Professor Pedro Saraiva

Coordenadora Científica, Professora Maria do Rosário Partidário,

Senhor Presidente da AI^2, João Barros, e membros do Conselho de Administração

Senhora Presidente da FCT, Madalena Alves, e membros do Conselho Diretivo

Em representação do CRUP, Reitor António Candeias

Senhor Presidente do CSISP, Luís Loures

Senhor Presidente da Confederação Empresarial Portuguesa, Armindo Monteiro

Presidente e responsáveis de Direções Gerais, Institutos, Associações, membros de gabinetes, e demais autoridades aqui presentes,

Caros oradores e moderadores,

Caros reitores, professores, investigadores, empreendedores e participantes

Hoje iremos assistir à Apresentação do Relatório Final com as conclusões do trabalho de Avaliação Estratégica – Prioridades Nacionais para a Investigação e Inovação, com a proposta de domínios estratégicos e da alocação orçamental para a nova Agência para a Investigação e Inovação, AI^2.

Este é o resultado de um trabalho longo, exigente e muito participado, realizado pelo PLANAPP, em articulação com a Direção-Geral da Economia e a Direção-Geral de Estudos, Planeamento e Avaliação, com a coordenação científica da Professora Maria do Rosário Partidário, na sequência da solicitação do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e do Ministério da Economia e Coesão Territorial. Quero deixar uma palavra de profundo agradecimento a todas as equipas, aos peritos, à Comissão de Acompanhamento, à OCDE e às muitas pessoas e instituições que contribuíram ao longo deste processo.

Foi um processo participativo e inclusivo, que decorreu entre fevereiro e novembro de 2026, assente numa metodologia rigorosa de avaliação estratégica. Os workshops descentralizados, as mesas temáticas, as iniciativas de bottom-up, as sessões de apresentação de resultados e o Encontro de Ciência e Inovação contaram no total com cerca de 4.500 participantes. A plataforma AI2Participa teve 640 utilizadores ativos e recolheu mais de 10.000 opiniões. A Comissão de Acompanhamento e a equipa da OCDE que acompanha a reforma do Ministério da Educação, Ciência e Inovação foram consultores externos essenciais. Este é, verdadeiramente, um trabalho de toda a comunidade.

E qual o propósito deste trabalho? A proposta de domínios estratégicos e da alocação orçamental vai ser submetida a consulta publica e informar a Resolução do Conselho de Ministros, a carta de missão da AI^2 e o contrato-programa a estabelecer entre o Governo e a Agência.

No contrato-programa irão constar indicadores para monitorizar o funcionamento da AI^2 e o desempenho do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação ao longo do próximo quinquénio, e que vão resultar do impacto dos instrumentos de financiamento a serem desenvolvidos e implementados pela AI^2. Estamos, por isso, perante um processo com várias fases – e hoje damos um primeiro passo decisivo na sua concretização.

Tudo começou com a visão e ambição do XXV Governo.

Para reforçarmos o SNCTI seria necessário reformular a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, alinhar o nosso sistema com a Comissão Europeia e com o seu novo Programa-Quadro, integrar e alavancar as atividades da FCT e da Agência Nacional de Inovação. Daqui resultou a Agência para a Investigação e Inovação, AI^2.

Propusemos também um novo regime jurídico, a Lei da Ciência e Inovação, publicada a 3 de novembro, que nos dá o enquadramento certo para desenvolver os novos instrumentos de financiamento mais adequados às necessidades do ecossistema. A Lei define o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, os seus agentes e atividades, e orienta o financiamento em várias dimensões: o financiamento estrutural para entidades de investigação científica, para entidades de desenvolvimento, tecnologia e inovação para infraestruturas estratégicas; o financiamento por programas e por projetos, em todos os domínios científicos e em copromoção; o financiamento para pessoas – formação doutoral, desenvolvimento de carreiras e retenção de talento –, reconhecendo que as carreiras dos doutorados não se esgotam na investigação científica e incluem também a gestão, a comunicação e outras funções; e sublinha a necessidade de captação de investimento privado, para alavancar o sistema científico e de inovação.

O Conselho de Administração da AI^2 tomou posse em maio de 2026 e tem trabalhado lado a lado com o Conselho Diretivo da FCT. Este processo tem decorrido de forma responsável, com a integração progressiva dos cerca de 500 trabalhadores, atividades e muitos processos em curso. Todos os serviços e programas foram mantidos em funcionamento na fase de transição.

Os números falam por si: a FCT executou mais de 800 milhões de euros em 2024, mais de 700 milhões em 2025, e aproximamo-nos já dos 700 milhões de euros em 2026 – uma execução muito superior à de 2023 e dos anos anteriores. Não se registou qualquer disrupção.

O que teremos, a partir de janeiro de 2027, é uma Agência única para a Investigação e Inovação, organizada em três pilares: as Áreas de Investigação e Desenvolvimento, os Domínios Estratégicos e a Unidade de Promoção da Inovação. Com uma organização mais eficiente e, sobretudo, voltada para o utilizador.

Com estes pilares, o CA da AI^2 terá autonomia para desenvolver instrumentos que apoiam e financiam pessoas, instituições e projetos de forma integrada e muito mais inteligente. E precisamos mesmo de o fazer.

Na verdade, e como exemplo, os programas de financiamento para investigadores de que dispúnhamos não combatiam a imprevisibilidade, nem estimulavam a investigação de excelência. Continuamos a ter investigadores com salário suportado pela FCT, mas sem projetos que liderem, e outros, com projetos, mas sem salário assegurado. Para as instituições que pretendem contratar sem termo, receber dois terços de salários durante três anos não garante a sua sustentabilidade a longo prazo, nem promove carreiras científicas dignas e de excelência. Não é este o sistema que queremos.

Em Portugal elogiamos – e bem – instrumentos europeus de financiamento a investigadores como as bolsas do ERC ou as ações Marie Curie, que asseguram, de forma integrada, financiamento para salários e para as atividades de investigação. É desta forma que a AI^2 tem agora a oportunidade de desenvolver os seus instrumentos de financiamento. É na excelência que é necessário investir.

Sabemos que a comunidade científica está preocupada e expectante. Compreendemos isso. Por exemplo, nos Laboratórios Associados, prolongámos os contratos por mais um ano, mesmo sem ter efetuado ainda um novo processo de avaliação. Mas o atraso de execução de alguns LA, tem impedido a justificação para solicitar reforço de financiamento para o programa global – e quem executa e necessita de mais financiamento acabou por ser penalizado transitoriamente. Isto

mostra que os instrumentos financeiros não são os melhores, com contratos dependentes uns dos outros, numa comunidade heterogénea.

Por isso, sim, temos de mudar regulamentos. Sim, temos de mudar legislação. Sim, temos de mudar os instrumentos de financiamento, temos de melhorar. Mas temos, sobretudo, de acreditar, confiar e trabalhar todos juntos, para contribuir para um sistema científico e de inovação mais forte e robusto. Do lado do Governo, mantemos o compromisso de transparência e proximidade com o Ecossistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que assumimos desde o primeiro dia.

Portugal construiu um sistema científico sólido e internacionalmente reconhecido. Temos de continuar a reforçá-lo e, ao mesmo tempo, transformar mais e melhor o conhecimento em inovação, em produtividade, em salários mais altos, em melhores serviços públicos, em mais impacto e melhor qualidade de vida. A ciência tem de ser o suporte que ajuda a responder aos grandes desafios do país: as alterações climáticas, a habitação, a longevidade, a coesão territorial e a produtividade.

É por isso tão importante a proposta dos Domínios Estratégicos, que a Professora Maria do Rosário Partidário vai apresentar em detalhe.

Cada Domínio Estratégico resultou de uma avaliação de acordo com cinco fatores críticos de decisão. São domínios interdisciplinares e interministeriais, onde o investimento que fizermos pode, de facto, mudar o país.

Será também apresentada a proposta de alocação orçamental entre os três pilares da AI^2. Como já referimos várias vezes, o financiamento da ciência nunca será inferior ao que existe hoje e será reforçado progressivamente, todos os anos.

Além dos fundos de financiamento público nacionais das áreas da ciência e da economia, serão mobilizados fundos europeus, contributos de outras áreas governativas e investimento privado.

Caberá à AI^2 desenvolver os instrumentos e prestar contas pelas metas que vão constar do contrato-programa para 2027-2031.

Esta proposta será submetida a consulta pública entre 16 e 23 de novembro e, depois, à apreciação do Conselho de Ministros. Convido todos a participar.

O próximo desafio é traduzir este enquadramento em programas concretos, parcerias mais fortes, investimento coordenado e resultados mensuráveis – mobilizando a formação avançada, as carreiras científicas, os projetos, as infraestruturas, o financiamento estrutural das instituições, a colaboração com as empresas e o setor social, e as parcerias internacionais.

A nossa ambição é comum: fazer de Portugal um país onde a ciência e a inovação impulsionam o bem-estar e a prosperidade, de forma sustentável. Contamos com todos para a concretizar.

Muito obrigada.